

12. RELATO FINANCEIRO

Neste ponto é apresentada uma breve análise às Demonstrações Financeiras: o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas e o Anexo às Demonstrações Financeiras, em anexo

12.1 ANÁLISE ORÇAMENTAL

Em 2022 a Universidade de Évora conseguiu obter um resultado orçamental positivo de 712.069,57€. Iniciou o ano com um saldo orçamental de 3.040.829,15€ tendo finalizado o ano com 3.752.898,72€. O acréscimo no total da receita cobrada contribuiu para este resultado positivo.

Em 2022 a receita cobrada líquida da Universidade atingiu os 67.652.282,76€, valor que se traduz num crescimento de mais de 6% face ao valor de 2021. Este desempenho deveu-se sobretudo ao aumento dos recebimentos relacionados com projetos de investigação, dado que os valores provenientes do Orçamento de Estado e das receitas próprias apenas tiveram uma variação ligeira face aos valores de 2021.

Do lado da despesa orçamental assistiu-se também a um aumento de 5,15% face a 2021, contudo inferior ao aumento verificado na receita cobrada líquida. A despesa executada atingiu assim, no final de 2022, os 63.899.384,04€, representando os gastos com pessoal 74,5% deste valor.

O aumento da despesa, em 2022, ficou a dever-se, essencialmente: à subida dos gastos com pessoal (+ 1,325M€) resultante dos aumentos salariais e outras alterações à legislação decididas pelo Governo; ao aumento dos gastos com bens e serviços, nomeadamente a subida expressiva do gasto com a eletricidade, na sequência da Guerra na Europa, que fez disparar os custos energéticos em todo o mundo e com isso elevar a inflação para níveis muito acima do normal e do desejável.

O saldo para o ano seguinte atingiu, no final de 2022, os 8.452.815,94€ um acréscimo de 51% face aos 5.590.565,47€ verificados no final de 2021. Este desempenho ficou a dever-se não só ao aumento do saldo orçamental, como vimos anteriormente, mas também ao aumento do saldo de operações de tesouraria. Este último cresceu para 4.699.917,22€ devido sobretudo aos adiantamentos recebimentos relativos a projetos financiados por fundos europeus e no âmbito do PRR.

12.2 SITUAÇÃO FINANCEIRA

O Balanço apresenta, no final de 2022, uma situação patrimonial robusta e uma situação financeira mais sólida face ao ano transato.

O património líquido atingiu os 81.770.446,27€, um valor superior em mais de 5M€ face a 2021. Este aumento resultou do resultado líquido alcançado no exercício, que atingiu os 2.768.623,79€, um crescimento de 138% face a 2021, e dos ajustamentos em ativos financeiros do património líquido do PACT, onde a Universidade de Évora detinha, a 31/12/2022, uma percentagem de 75,65%.

No ativo verificou-se também uma subida de cerca de 9%, em particular no ativo corrente que cresceu mais de 7,5M€ face a 2021. Neste grupo destacam-se o crescimento dos valores em caixa e depósitos, fruto do desempenho orçamental e extraorçamental verificado em 2022, que elevou as disponibilidades para 8.452.815,94€; as Outras contas a receber, rubrica que cresceu para 14.267.964,39€ devido à subida dos acréscimos de rendimentos resultantes dos subsídios a receber relacionados com despesas efetuadas com projetos de investigação.

No passivo registou-se uma subida de cerca de 15% face ao valor do ano transato, sendo o mesmo de 30.543.372,27€ no final do período de relato. Este acréscimo resulta das Outras contas a pagar, onde se verificou um acréscimo para 12.523.460,88€ devido ao aumento da rubrica “credores por devolução de transferências” e da rubrica acréscimo de gastos, que contempla a especialização de gastos com as férias e subsídio de férias e os fornecimentos e serviços externos (FSE).

12.3 DESEMPENHO ECONÓMICO

Em relação ao desempenho económico verifica-se, na Demonstração dos Resultados por Naturezas, que o valor total de rendimentos do período ascendeu a 68.244.222,97€, tendo o valor total dos gastos do período ascendido a 65.475.599,18€. Estes valores conduziram a um resultado líquido do exercício de 2.768.623,79€, um acréscimo de mais de 138% face ao valor alcançado em 2021.

Este acréscimo resulta do valor das transferências e subsídios correntes obtidos, que cresceram para 54.335.103,93€, não por via do reforço das verbas rececionadas provenientes do Orçamento de Estado, mas sim pelo acréscimo verificado nas transferências recebidas relacionadas com projetos de investigação, dado que estamos no final de um programa quadro de financiamento.



Destaque ainda para a subida dos gastos com pessoal, tendo atingindo este item os 47.985.273,66€ no final do período de relato, um acréscimo de cerca de 1,4M€, face a 2021, resultante, em parte do aumento do número de funcionários, mas sobretudo dos aumentos salariais ocorridos em 2022. Salienta-se ainda para o aumento expressivo dos gastos com fornecimento externos, mais 39% face a 2021, devido essencialmente ao aumento dos custos com a eletricidade, que triplicaram face a 2021, e devido ao retomar da atividade normal da Universidade de Évora após o levantamento das restrições associadas à pandemia, situação que fez catapultar os gastos com deslocações e estadas para mais do dobro, atingindo esta rubrica 836.143,61€.

São ainda anexas a este relatório as declarações ao abrigo do 15º da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o relatório e parecer do Fiscal Único e a Certificação Legal de Contas.



ANEXOS



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Largo dos Colegiais, 2 Apartado 94
7002-554 Évora
Telf: 266 740 800 Fax: 266 760 970
Email: drff@uevora.pt
NIF: 501 201 920

SNC-AP

BALANÇO

DEZEMBRO 2022

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	77 702 434,05	77 596 549,74
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	113 344,54	137 563,24
Ativos biológicos			
Participações financeiras	22	4 330 802,25	2 715 630,70
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros activos financeiros	22	322 937,24	322 937,24
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		82 469 518,08	80 772 680,92
Ativo corrente			
Inventários	10	271 756,19	343 302,91
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes	18	6 539 956,36	5 419 476,96
Estado e outros entes públicos	18	220 908,04	164 040,37
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	18	14 267 964,39	10 602 893,88
Diferimentos	18	90 899,54	76 652,63
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	18	8 452 815,94	5 590 565,47
		29 844 300,46	22 196 932,22
		112 313 818,54	102 969 613,14
Total do ativo			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	18	76 819 248,95	76 819 248,95
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados	18	-9 807 579,14	-10 943 856,38
Ajustamentos em activos financeiros	18	3 206 278,66	1 744 528,12
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido	18	8 783 874,01	7 611 542,48
Resultado líquido do período	18	2 768 623,79	1 162 255,94
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
		81 770 446,27	76 393 719,11
		81 770 446,27	76 393 719,11
Total do património líquido			
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	10 330,89	95 414,58
Financiamentos obtidos	6 e 18	1 105 161,15	1 145 174,11
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		1 115 492,04	1 240 588,69
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	218 675,71	
Fornecedores	18	1 015 967,33	518 802,63
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Largo dos Colegiais, 2 Apartado 94
7002-554 Évora
Telf: 266 740 800 Fax: 266 760 970
Email: drff@uevora.pt
NIF: 501 201 920

SNC-AP

BALANÇO

DEZEMBRO 2022

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Estado e outros entes públicos	18	1 034 032,49	1 188 801,99
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos		50 962,76	52 742,47
Fornecedores de investimentos	18	314 175,16	351 697,35
Outras contas a pagar	18	12 523 460,88	9 794 757,61
Diferimentos	18	14 270 605,90	13 428 503,29
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		29 427 880,23	25 335 305,34
Total do passivo		30 543 372,27	26 575 894,03
Total do património líquido e do passivo		112 313 818,54	102 969 613,14



DIVISA: EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	13 e 14	7 794 282,70	7 623 690,94
Vendas	13	92 454,92	46 733,33
Prestações de serviços e concessões	13	2 094 970,44	2 472 484,61
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	54 335 103,93	48 978 134,70
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos c	22	179 399,71	25 978,70
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	23	-197 622,91	-128 021,10
Fornecimentos e serviços externos	23	-8 929 624,23	-6 421 474,50
Gastos com o pessoal	19	-47 985 273,66	-46 584 865,14
Transferências e subsídios concedidos	23	-159 535,40	-733 322,30
Prestações sociais		-2 563 421,65	-2 238 367,81
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	356 691,61	-190 136,60
Provisões (aumentos/reduções)	15	85 083,69	-8 593,69
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	9		-147,55
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13	2 260 614,06	2 807 293,55
Outros gastos	23	-890 925,54	-867 421,71
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		6 472 197,67	4 781 965,43
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 e 5	-3 711 241,20	-3 603 133,94
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 760 956,47	1 178 831,49
Juros e rendimentos similares obtidos	23	97 437,49	55 141,95
Juros e gastos similares suportados	23	-89 770,17	-71 717,50
Resultado antes de impostos		2 768 623,79	1 162 255,94
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		2 768 623,79	1 162 255,94



DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		3 086 737,17	4 322 712,17
Recebimentos de contribuintes			
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		37 893 561,00	36 537 584,00
Recebimentos de utentes		6 987 546,38	6 849 935,21
Pagamentos a fornecedores		-8 681 858,75	-6 783 470,33
Pagamentos ao pessoal		-49 562 607,38	-48 149 567,29
Pagamentos a contribuintes / utentes		-262 769,95	-39 075,40
Pagamentos de transferências e subsídios			
Pagamentos de prestações sociais			
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento			
Caixa gerada pelas operações		-10 539 391,53	-7 261 881,64
Outros recebimentos/pagamentos		17 365 117,82	13 110 507,43
Fluxos de caixa das actividades operacionais (a)		6 825 726,29	5 848 625,79
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-3 906 392,91	-3 670 597,23
Activos intangíveis		-15 290,24	-18 753,31
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			-10 000,00
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Transferências de capital			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (b)		-3 921 683,15	-3 699 350,54
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		13 056,46	178 929,36
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-52 295,78	-52 717,49
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento		-2 553,35	-14 052,25
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (c)		-41 792,67	112 159,62
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		2 862 250,47	2 261 434,87
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 590 565,47	3 329 130,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8 452 815,94	5 590 565,47
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 590 565,47	3 329 130,60
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		5 590 565,47	3 329 130,60
De execução orçamental		3 040 829,15	873 980,72
De operações de tesouraria		2 549 736,32	2 455 149,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período		8 452 815,94	5 590 565,47



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Largo dos Colegiais, 2 Apartado 94
7002-554 Évora
Telf: 266 740 800 Fax: 266 760 970
Email: drff@uevora.pt
NIF: 501 201 920

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

SNC-AP

DEZEMBRO 2022

DIVISA: EUR

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		8 452 815,94	5 590 565,47
De execução orçamental		3 752 898,72	3 040 829,15
De operações de tesouraria		4 699 917,22	2 549 736,32
O valor no final do período diverge da soma dos restantes valores.			



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEZEMBRO 2022

DESCRIÇÃO	NOTAS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA ENTIDADE-MÃE								INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		CAPITAL/PATRIMÔNIO SUBSCRITO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO			OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		76.819.248,95					-10.943.856,38	1.744.528,12	7.611.542,48		75.231.463,17	75.231.463,17
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico	Teste1											
Alterações de políticas contábilísticas												
Correção de erros materiais												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorização e respectivas variações												
Transferências e subsídios de capital												
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido							1.136.277,24	1.461.750,54	1.172.331,53		3.770.359,31	3.770.359,31
(2)							1.136.277,24	1.461.750,54	1.172.331,53		3.770.359,31	3.770.359,31
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)												
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)										2.768.623,79	2.768.623,79	2.768.623,79
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											6.538.983,10	6.538.983,10
Subscrições de capital/patrimônio												
Subscrições de prêmios de emissão												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
(5)												
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		76.819.248,95					-9.807.579,14	3.206.278,66	8.783.874,01	2.768.623,79	81.770.446,27	81.770.446,27

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam estão de acordo com as divulgações exigidas nas NCP e cumprem a numeração sequencial definida no SNC-AP, sendo as notas omissas não aplicáveis.

Os membros do Conselho de Gestão, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da entidade.

Os valores encontram expressos em Euros (€).

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 – Identificação da entidade e período de relato

Designação da entidade: Universidade de Évora

Endereço: Largo dos Colegiais, N° 2, 7004-516 Évora

Código de classificação orgânica: 10 1 03 10 00

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Legislação aplicável

A Universidade de Évora foi a segunda universidade a ser fundada em Portugal. Após a fundação da Universidade de Coimbra, em 1537, fez-se sentir a necessidade de uma outra universidade que servisse o sul do país. Em 1973, por decreto do então ministro da Educação, José Veiga Simão, foi criado o Instituto Universitário de Évora que viria a ser extinto em 1979, para dar lugar à nova Universidade de Évora.

Descrição sumária das atividades

À Universidade compete a realização de ciclos de estudos visando a concessão de graus e títulos académicos e a atribuição de outros certificados e diplomas, bem como a certificação de equivalências, a creditação de competências e o reconhecimento de graus e habilitações académicas. Ainda no âmbito das suas competências a Universidade presta serviços a terceiros relacionados com investigação e consultadoria.

A Universidade é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira, disciplinar, cultural e patrimonial, nos termos da lei.

A UÉ é uma instituição de ensino superior universitário, que integra a Escola Superior de Enfermagem S. João de Deus, escola de ensino politécnico.

A Universidade de Évora proporciona condições para o exercício da liberdade de criação científica, artística e tecnológica e de expressão cultural, assegura por um lado a pluralidade e a livre expressão de orientações e opiniões e por outro promove a participação e garante a representatividade de todos os corpos universitários na vida académica comum.

A UÉ é um centro de criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia, que, através da articulação do estudo, da docência e da investigação, se integra na vida da sociedade e que tem por fins:

- A produção de conhecimento através da investigação científica e da criação cultural, envolvendo a descoberta, aquisição e desenvolvimento de saberes, artes e práticas, de nível avançado.
- A prática constante do livre exame e da atitude de problematização crítica.
- A socialização do conhecimento por via da transmissão escolar, da formação ao longo da vida, da transferência para o tecido socioeconómico e da sua divulgação pública.
- Contribuir para a transferência e valorização do conhecimento e criação artística.
- A prestação de serviços à comunidade e, em particular, a promoção do desenvolvimento do país e, em especial, da região em que se insere.
- O intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres nacionais e estrangeiras e a promoção da mobilidade de estudantes e diplomados.
- Contribuir para a cooperação internacional e para a promoção do diálogo intercultural, com especial destaque para os países europeus e aqueles a quem nos ligam laços históricos como os países lusófonos e os do Mediterrâneo.

À Universidade compete a realização de ciclos de estudos visando a concessão de graus e títulos académicos e honoríficos e a atribuição de outros certificados e diplomas, bem como a certificação de equivalências a creditação de competências e o reconhecimento de graus e habilitações académicas.

Para a prossecução dos seus fins, a Universidade pode:

- Celebrar convénios, protocolos, contratos e outros acordos com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e estabelecer consórcios ou associações com instituições públicas ou privadas de investigação e desenvolvimento.
- Criar, por si ou em conjunto com outras entidades, públicas ou privadas, tomar parte em, ou incorporar no seu âmbito, entidades subsidiárias de direito privado, como fundações, associações e sociedades com ou sem fins lucrativos, desde que as suas atividades sejam compatíveis com as finalidades e interesses da Universidade, podendo nelas delegar a execução de tarefas próprias.
- Estabelecer associações com outras instituições de ensino superior para efeitos de representação ou de coordenação e regulação conjuntas de atividades e iniciativas.

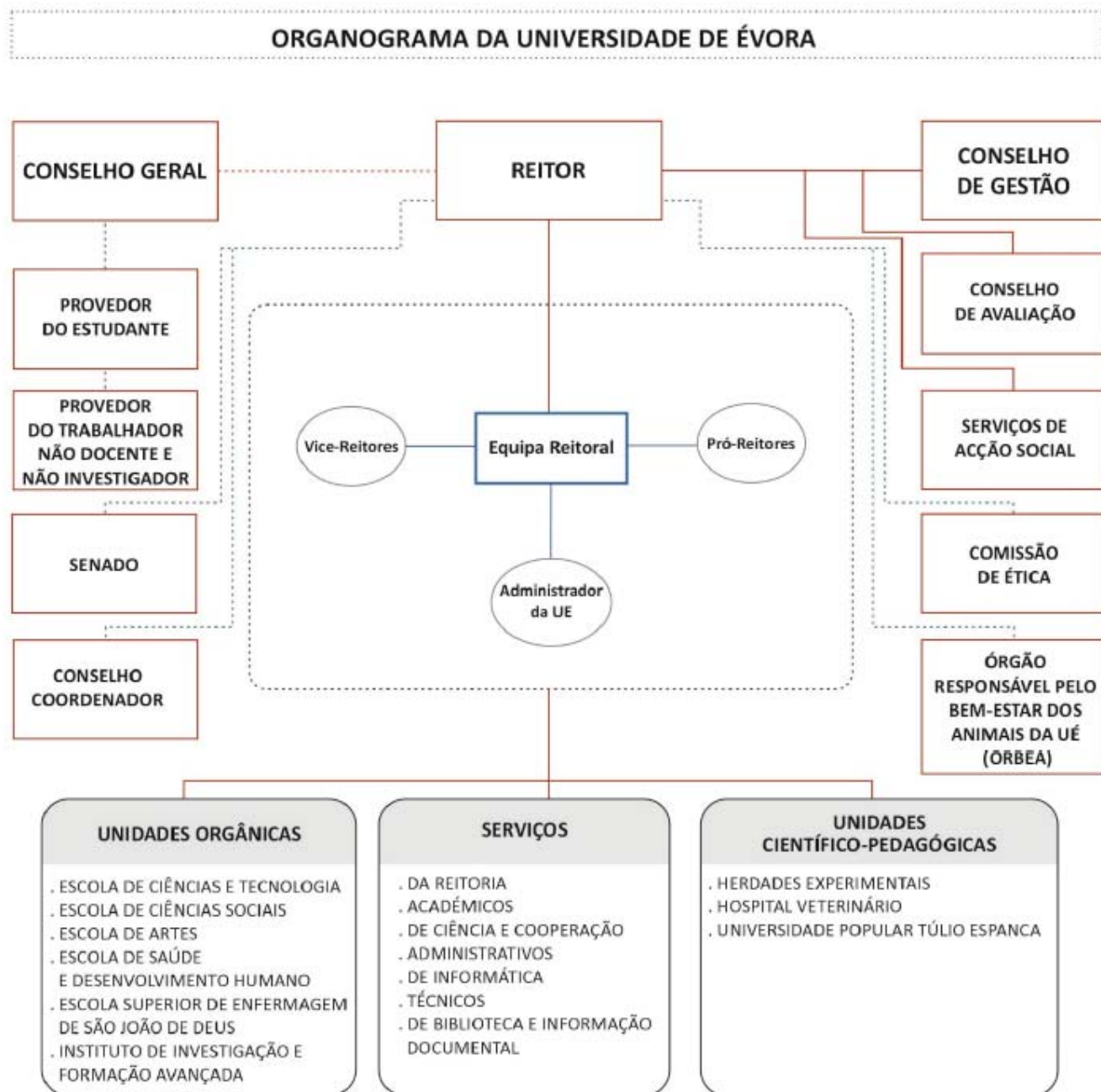
Recursos Humanos

No ano de 2022, o número de recursos humanos da UÉ registou um aumento de 1121 para 1137. As categorias de docentes e de funcionários não docentes foram as que sofreram maiores aumentos.

O número de efetivos reportados a 31 de dezembro de 2022 é o que consta na tabela abaixo:

Recursos Humanos	31.12.2022	31.12.2021
Docentes	577	568
Investigadores	112	122
Restantes (técnico superior, assistente técnico e assistente operacional, dirigentes, informático)	448	431
Total	1 137	1 121

Organograma da Universidade de Évora



Órgãos de governo da Universidade de Évora

De acordo com os estatutos da Universidade de Évora, revistos em 2021, os órgãos de Governo da Universidade de Évora são o Conselho, o Reitor e o Conselho de Gestão.

Conselho Geral

Compete ao Conselho Geral aprovar as alterações dos Estatutos, organizar o procedimento de eleição e eleger o Reitor nos termos da lei, dos Estatutos e do regulamento; apreciar os atos do Reitor e do Conselho de Gestão; propor as iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da Instituição.

O Conselho Geral é composto por 25 membros: treze representantes de professores e investigadores; três representantes dos estudantes; dois representantes do pessoal não docente e não investigador; sete personalidades externas de reconhecido mérito, não pertencentes à Instituição, com conhecimentos e experiência relevantes para esta.

No final do período de relato a composição do Conselho Geral era a seguinte:

Membros Eleitos (representantes do pessoal docente e investigador)

Carla Ferreira de Castro
Cristina Sofia da Silva Teixeira Aleixo
Filipa Paula Rodrigues Mendes dos Santos
Gottlieb Basch
Isabel Alexandra Joaquina Ramos
Isaura da Conceição Cascalho Serra
Jaime Manuel Moleiro Serra
José António Paulo Mirão
Leonor Maria Pereira Rocha
Maria da Graça Janeiro Machado
Maria de Fátima Nunes Ferreira
Maria Otilia Brites Zangão
Maria Teresa Ribeiro Matos Fernandes
Rui Filipe Cerqueira Quaresma
Rui Manuel de Sousa Fragoso

Membros Eleitos (representantes do pessoal n/docente e n/investigador)

Filipa Paula Rodrigues Mendes dos Santos
Maria da Graça Janeiro Machado

Membros Eleitos (Estudantes)

Catarina Crispim Garcia Perinhas Mimo

Pedro Ricardo Lagoa Alface Ferreira dos Santos
Rita Oliveira Colaço Anjos

Membros Cooptados

Catarina Valença Gonçalves
Filipe Nuno Belo Marques
João António Marques da Costa Batista Carrega (Presidente)
Maria da Graça Martins da Silva Carvalho
Jorge Manuel Barbosa Gaspar
José António Aranda da Silva (Vice-Presidente)
Luís Manuel Sancho Moniz Pereira

Reitor

O Reitor da Universidade é o órgão superior de governo e de representação externa da Instituição. O Reitor é o órgão de condução da política da Instituição e preside ao Conselho de Gestão. É coadjuvado por vice-Reitores e pró-Reitores. A 31/12/2022 o cargo era ocupado pela Prof. Doutora Hermínia Vasconcelos Vilar, tendo a mesma tomado posse a 10/05/2022.

Conselho de Gestão

Compete ao Conselho de Gestão:

Conduzir a gestão administrativa, patrimonial e financeira da Instituição, bem como a gestão dos recursos humanos, sendo-lhe aplicável a legislação em vigor para os organismos públicos dotados de autonomia administrativa;

Coadjuvar o Reitor na elaboração das propostas de orçamento;

Fixar as taxas e emolumentos.

O Conselho de Gestão pode, nos termos definidos nestes Estatutos, delegar nos órgãos próprios das unidades orgânicas e nos dirigentes dos serviços as competências consideradas necessárias a uma gestão eficiente.

O conselho de gestão é composto atualmente por cinco elementos sendo, a 31/12/2022, esta a sua composição:

- Reitora, Hermínia Vasconcelos Vilar (Presidente)
- Vice-Reitor, João Manuel Valente Nabais
- Administradora, Ana Cristina Centeno
- Diretora da Escola de Artes, Ana Telles Béreau

- Diretor da ESESJD, Manuel José Lopes

Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do nº1 e no nº 2 do artigo 9º do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Universidade de Évora, goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de aplicação de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

Período das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras correspondem ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022.

1.2 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

1.2.1 – Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da Universidade de Évora, foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro e foram aplicados os requisitos das Normas da Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade que integra as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS), e adotadas pela União Europeia (UE).

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime do acréscimo

A entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os do exercício anterior.

Uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na nota 2.

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31/12/2022 a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários era a seguinte:

Conta	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	2 485,17	2 001,75
Depósitos à ordem	8 450 330,77	5 588 563,72
Cauções	170 392,49	145 124,09
Depósitos bancários à ordem	6 739 685,61	2 395 508,62
Depósito à ordem no tesouro	1 540 252,67	3 047 931,01
Total de Caixa e Depósitos	8 452 815,94	5 590 565,47

2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1 – Bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da UÉ, de acordo com o SNC-AP, mais especificamente, a NCP 1 “Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras” e são apresentadas em euros, a moeda funcional.

Rédito

O rédito proveniente das vendas e prestações de serviços é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda, ou com prestação de serviços.

As restantes receitas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As propinas e outras prestações, associadas com as atividades com alunos, são reconhecidas de acordo com o regulamento de propinas da Universidade de Évora e o estipulado na Lei nº37/2003 de 22 de agosto. Assim a taxa de frequência, designada propina, é reconhecida no ato da matrícula do aluno.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Subsídios e transferências correntes

Os subsídios do Governo e de Outras Entidades referentes a projetos são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições relativas à sua atribuição e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios relativos a projetos plurianuais são imputados aos resultados em cada exercício em função do progresso e da conclusão desses projetos. Porém, tratando-se de subsídios ao investimento, os mesmos são reconhecidos no património líquido e imputados, em cada exercício, em função da vida útil dos bens de equipamento subsidiados, em sintonia com a respetiva amortização.

As transferências correntes recebidas das entidades financiadoras que se destinem a financiar despesas correntes, são reconhecidas como rendimento no momento do seu recebimento.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Entidade espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis reconhecidos através dos trabalhos para a própria entidade, correspondem aos gastos com meios técnicos próprios afetos ao projeto de investimento na infraestrutura produtiva da Entidade, bem como os fornecimentos e serviços externos de natureza técnica diretamente relacionados com o referido projeto.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

As amortizações são calculadas, de acordo com o disposto no DL 192/2015 de 11 de setembro – Anexo 3, ponto 7 – Classificador Complementar Cadastro e Vidas Úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes ou linha reta.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Ativo fixo tangível</u>	<u>Vida útil estimada (Classificador complementar 2)</u>
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos
Equipamento básico	4 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 a 20 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Para os ativos fixos que constituem equipamentos adquiridos no âmbito de atividades de ID, desde que devidamente fundamentado e justificado, que esses bens tem uma utilização intensiva ou contínua, por serem utilizados de forma excessiva face à sua capacidade normal, o que vai originar um desgaste mais rápido, as suas amortizações são calculadas de acordo com o seu deperecimento, originando assim uma redução nas suas vidas úteis.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2004 foram objeto de avaliação independente reportado à data dos saldos iniciais (31.12.2008).

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, caso existam.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

<u>Ativo fixo intangível</u>	<u>Vida útil estimada (Classificador complementar 2)</u>
Projetos de desenvolvimento	3 a 5 anos
Propriedade intelectual e outros direitos	3 a 5 anos

Participações financeiras

As participações financeiras em empresas do Grupo Público encontram-se registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas empresas, por contrapartida de rendimentos/gastos imputados de entidades controladas.

Quanto às restantes participações financeiras as mesmas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Os montantes escriturados em participações financeiras são apresentados líquidos de perdas por imparidade.

Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados, necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste em:

Mercadorias - São valorizados ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas até à entrada em armazém.

Matérias-primas - São valorizados ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas até à entrada em armazém.

Clientes

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Para as dívidas dos alunos com mora há mais de 12 meses, as perdas por imparidade são reconhecidas a 100% da dívida.

As dívidas dos alunos, são reconhecidas de acordo com o regulamento de propinas da Universidade de Évora e o estipulado na Lei nº37/2003 de 22 de agosto. Assim a taxa de frequência, designada propina, é reconhecida no ato da matrícula do aluno, pelo que o valor em dívida referente aos alunos, representa a dívida vencida e não vencida.

Outros créditos a receber

As outras contas a receber são reconhecidas, pelo seu valor nominal, se existir evidência objetiva de que não são recuperáveis, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da entidade) são registadas às taxas de câmbio nas datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em resultados do período em que são geradas.

Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e operações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Financiamentos bancários (Leasing)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciables.

Provisões

As provisões para outros riscos e encargos foram calculadas com base em eventuais responsabilidades e riscos identificados reportados à data de fecho das contas.

Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do nº1 e no nº 2 do artigo 9º do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a UÉ, goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de aplicação de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

2.2 - Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e análises de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

2.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos da UÉ, numa perspetiva de continuidade da atividade, pois não existe por parte do Órgão de Gestão a intenção ou a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua atividade.

Contudo, importa realçar os efeitos que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia causou e poderá causar no futuro na atividade da UÉ, nomeadamente no aumento dos custos de aquisições de matérias primas e dos custos energéticos, devido à inflação provocada pela subida do preço dos combustíveis e pela disrupção nas cadeias de abastecimento, que poderá colocar a entidade em desequilíbrio se não forem adotadas medidas corretas para combater estes efeitos.

2.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas

Todas as estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

É entendimento do órgão de gestão que todas as estimativas desenvolvidas apresentam o melhor critério, dada a informação disponível.

3 – ATIVO FIXOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, dispêndios com propriedade industrial e intelectual.

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

Vida útil e taxas de amortização

A UÉ possui fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo intangível, entre outras informações, a respetiva vida útil e taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida. As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas pela UÉ são as seguintes:

<u>Ativo fixo intangível</u>	<u>Vida útil estimada (Classificador complementar 2)</u>
Projetos de desenvolvimento	3 a 5 anos
Propriedade intelectual e outros direitos	3 a 5 anos

Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada

Durante o período de relato, a quantia escriturada bruta dos ativos fixos intangíveis, assim como as respetivas depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Início do período					Final do período			
Rubricas	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Ativos intangíveis								
Projetos de desenvolvimento	608,30	263,87	0,00	344,43	608,30	263,87	0,00	344,43
Programas de computador e sistemas de informação	18 366,83	17 960,84	0,00	405,99	32 402,86	25 275,82	0,00	7 127,04
Propriedade intelectual e industrial	1 285 549,92	1 148 737,10	0,00	136 812,82	1 286 011,17	1 180 138,10	0,00	105 873,07
Outros	4 159,93	4 159,93	0,00	0,00	4 159,93	4 159,93	0,00	0,00
Total	1 308 684,98	1 171 121,74	0,00	137 563,24	1 323 182,26	1 209 837,72	0,00	113 344,54

Reconciliação da quantia escriturada no início e final do período

Os ativos fixos intangíveis sofreram, durante o período de relato, as seguintes variações:

Rubricas	Quantia Escriturada inicial	Adições	Depreciações período	Quantia Escriturada final
Ativos intangíveis				
Projetos de desenvolvimento	344,43	0,00	0,00	344,43
Programas de computador e sistemas de informação	405,99	14 036,03	7 314,98	7 127,04
Propriedade industrial e intelectual	136 812,82 €	461,25	31 401,00	105 873,07
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	137 563,24	14 497,28	38 715,98	113 344,54

5 – ATIVO FIXOS TANGÍVEIS

Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao seu custo de aquisição ou de produção, deduzidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Considera-se custo de aquisição ou de produção, o valor da compra e todos os custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição indispensáveis para operarem na forma pretendida.

Os custos subsequentes são reconhecidos na quantia escriturada do bem ou como ativos separados, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Ver também a nota 2.1 - Bases de mensuração utilizadas na preparação das demonstrações financeiras.

Método de depreciação usado

A partir do momento em que os ativos fixos tangíveis se encontram disponíveis para utilização, os mesmos serão depreciados pelo método das quotas constantes ou linha reta, durante o seu período de vida útil, em conformidade com o Classificador Complementar 2 (CC2) do SNC-AP.

As despesas de conservação e de reparação associadas aos ativos fixos tangíveis, que não perspetivem o aumento da sua vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos respetivos ativos, foram reconhecidos como gastos do período.

Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

A UÉ possui fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo fixo tangível, entre outras informações, a respetiva vida útil e taxa de depreciação, bem como a respetiva quantia escriturada líquida. As vidas úteis e respetivas taxas de depreciação utilizadas pela UÉ são as previstas no CC2 do SNC-AP.

Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada

Durante o período de relato, a quantia escriturada bruta dos ativos fixos tangíveis, assim como as respetivas

depreciações acumuladas, foi a seguinte:

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público património histórico artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	3 391 150,00	0,00	0,00	3 391 150,00	3 391 150,00	0,00	0,00	3 391 150,00
Edifícios e outras construções	11 968 583,39	3 771 202,11	0,00	8 197 381,28	12 746 962,76	3 884 113,97	0,00	8 862 848,79
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	15 359 733,39	3 771 202,11	0,00	11 588 531,28	16 138 112,76	3 884 113,97	0,00	12 253 998,79
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	14 334 738,96	0,00	0,00	14 334 738,96	14 334 738,96	0,00	0,00	14 334 738,96
Edifícios e outras construções	73 784 837,48	26 649 046,56	0,00	47 135 790,92	74 768 538,02	28 308 470,41	0,00	46 460 067,61
Equipamento básico	36 043 039,34	33 452 186,11	0,00	2 590 853,23	37 920 203,69	35 114 602,04	0,00	2 805 601,65
Equipamento de transporte	865 435,66	853 978,19	0,00	11 457,47	867 286,31	858 971,90	0,00	8 314,41
Equipamento administrativo	6 297 473,72	5 968 628,39	0,00	328 845,33	6 432 256,93	6 081 125,31	0,00	351 131,62
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1 507 948,71	1 147 169,52	0,00	360 779,19	1 604 464,49	1 199 540,77	0,00	404 923,72
Ativos fixos tangíveis em curso	1 245 553,36	0,00	0,00	1 245 553,36	1 083 657,29	0,00	0,00	1 083 657,29
	134 079 027,23	68 071 008,77	0,00	66 008 018,46	137 011 145,69	71 562 710,43	0,00	65 448 435,26
Total	149 438 760,62	71 842 210,88	0,00	77 596 549,74	153 149 258,45	75 446 824,40	0,00	77 702 434,05

Reconciliação da quantia escriturada no início e final do período

Os ativos fixos tangíveis sofreram, durante o período de relato, as seguintes variações:

Ativos fixos tangíveis	Quantia escriturada inicial	Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Depreciações do período	Diminuições	Quantia escriturada final
Bens domínio público, património histórico, artístico, cultural	11 588 531,28	23 473,94	553 351,22	197 840,45	-109 198,10	0,00	12 253 998,79
Terrenos e recursos naturais	3 391 150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 391 150,00
Edifícios e outras construções	8 197 381,28	23 473,94	553 351,22	197 840,45	-109 198,10	0,00	8 862 848,79
Outros ativos fixos tangíveis	66 008 018,46	3 108 732,10	-553 351,22	449 107,40	-3 563 327,12	744,36	65 448 435,26
Terrenos e recursos naturais	14 334 738,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 334 738,96
Edifícios e outras construções	47 135 790,92	35 142,79	897 907,94	34 754,13	-1 643 528,17	0,00	46 460 067,61
Equipamento básico	2 590 853,23	1 132 296,81	307 223,42	415 502,59	-1 639 530,04	-744,36	2 807 090,37
Equipamento de transporte	11 457,47	2 999,97	0,00	-1 149,32	-4 993,71	0,00	8 314,41
Equipamento administrativo	328 845,33	150 974,51	0,00	0,00	-128 688,22	0,00	351 131,62
Outros	360 779,19	96 761,66	0,00	0,00	-52 617,13	0,00	404 923,72
Ativos fixos tangíveis em curso	1 245 553,36	1 690 556,36	-1 758 482,58	0,00	-93 969,85	0,00	1 083 657,29
Total	77 596 549,74	3 132 206,04	0,00	646 947,85	-3 672 525,22	744,36	77 702 434,05

6 – LOCAÇÕES

Locações financeiras – Locatários

A UÉ no final do período de relato, após análise aos contratos de locação que estão subjacentes a determinados ativos, classificou os seguintes bens em regime de locação financeira, em virtude de estes transferirem de forma substancial os riscos e vantagens da posse do ativo para o locatário.

Conta SNC - Descrição	Pagamentos efetuados	
	Quantia escriturada líquida	
	2021	2022
	Capital	Juro
25133 - Leasing Colégio Mateus d'Aranda	618 726,02	566 430,24
Total	618 726,02	566 430,24

9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Os movimentos ocorridos nas rubricas de imparidades acumuladas, no período de relato foram os seguintes:

Designação	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Imparidade de clientes	563 204,84	93 124,11	0,00	656 328,95
Imparidade de alunos - propinas	3 939 819,13	844 349,87	1 294 165,59	3 490 003,41
Total	4 503 023,97	937 473,98	1 294 165,59	4 146 332,36

10 – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados, necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste em:

Mercadorias - São valorizados ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas até à entrada em armazém.

Matérias primas - São valorizados ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas até à entrada em armazém

As quantias escrituradas como inventários, no período de relato, desagregam-se da seguinte forma:

Rubrica 1)	Quantia Bruta 2)	Imparidade Acumulada 3)	Quantia recuperável 4) = 2)-3)
Mercadorias	145 956,79	0,00	145 956,79
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	125 799,40	0,00	125 799,40
Total	271 756,19	0,00	271 756,19

13 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. A quantia do rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos. Na maior parte dos casos, a retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber. O rédito proveniente das vendas e prestações de serviços é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda, ou com prestação de serviços.

As restantes receitas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

Rendimentos de transações com contraprestação por categoria

Os rendimentos provenientes de transações com contraprestação, e recebidos durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

Tipo de rendimento	31.12.2022	31.12.2021
Impostos, contribuições e taxas	7 792 405,70	7 622 335,94
Vendas	92 454,92	46 733,33
Mercadorias	21 595,16	17 970,95
Pratos	590,52	0,00
Loja Molina	19 657,60	16 919,72
Falcoaria	1 347,04	1 051,23
Produtos acabados e intermédios	70 859,76	28 762,38
Livros e documentação técnica	9,43	76,26
Publicações e impressos	4 315,18	2 720,08
Outros	66 535,15	25 966,04
Prestações de serviços	2 094 970,44	2 472 484,61
Inscrições em seminários/congressos	106 437,96	45 575,79
Trabalhos de reprografia	4 344,08	2 946,89
Subcontratos ou concessões	30 628,49	23 466,90
Estudos, pareceres e projetos	12 000,00	18 000,00
Serviços laboratoriais	97 759,23	399 789,09
Visitas às instalações	26 250,62	10 490,51
Outros serviços	1 817 550,06	1 972 215,43
Outros rendimentos	2 260 614,06	2 807 293,55
Rendimentos suplementares	565 981,38	429 961,40
Aluguer de espaços	53 375,60	57 342,02
Outras compensações	512 605,78	372 619,38
Ganhos em inventários	0,00	63 557,02
Outros	1 694 632,68	2 313 775,13
Correções relativas a períodos anteriores	79 842,90	126 859,09
Imputação de subsídios para investimentos	1 384 485,32	1 735 498,06
Donativos	229 998,46	443 879,44
Outros	306,00	7 538,54
Total	12 240 445,12	12 948 847,43

14 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Rendimento de transações sem contraprestação por classes de crédito

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, e recebidos durante o período de relato, têm a seguinte decomposição:

Tipo de rendimento	31.12.2022	31.12.2021
Transferências - Orçamento de Estado	37 894 258,00	36 537 584,00
Outras transferências correntes	16 440 845,93	12 440 550,70
Impostos, contribuições e taxas	1 877,00	1 355,00
Total	54 336 980,93	48 979 489,70

Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração

No âmbito das transações sem contraprestação, a UÉ adotou as políticas e métodos contabilísticos previstos na NCP 14. Para o efeito, consideram-se transações sem contraprestação:

- Transações em que a entidade recebe recursos, mas não dá como retorno qualquer retribuição, ou dá apenas uma retribuição simbólica;
- Transações em que a entidade pode proporcionar uma retribuição, diretamente como contrapartida dos serviços recebidos, mas essa retribuição não se aproxima do justo valor dos recursos recebidos.

15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Provisões

Em conformidade com o exposto na nota 2.1, a UÉ apenas reconhece provisões quando os seus montantes forem fiavelmente mensuráveis e seja provável existir um exfluxo futuro de meios líquidos (caixa).

Desta forma apresentam-se abaixo as provisões para processos judiciais em curso, no final do período de relato, conforme informação recebida dos advogados:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Reversões	Quantia escriturada final
Processos judiciais em curso	95 414,58	0,00	85 083,69	10 330,89
Total	95 414,58	0,00	85 083,69	10 330,89

Detalhe das provisões

Do quadro anterior conclui-se que a UÉ tem constituído provisões no valor total de 10 330,89€, as quais são detalhadas no quadro abaixo:

Descrição do litígio	Valor proposto das ações
Infração relativa a condições de trabalho punível com coima	2 040,00
Pagamento de diferenciais remuneratórios pela obtenção de agregação	8 290,89
Total	10 330,89

Passivos contingentes

Por existir baixo risco de a UÉ perder as ações abaixo em tribunal, ou porque não foi possível efetuar uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação, as ações abaixo indicadas foram classificadas como passivos contingentes, ao abrigo do disposto na NCP 15. Em relação ao primeiro litígio abaixo identificado a UÉ paga mensalmente 2.500€, desde setembro de 2007, cumprido a decisão do TAF de Beja, de condenar a UÉ ao pagamento desta quantia mensal até trânsito em julgado da sentença a proferir na ação principal.

Descrição do litígio	Valor proposto das ações
Condenação da Universidade de Évora a pagar uma indemnização ao Dr. Mário José Calado Laima.	4 584 864,82 €
Pedido de condenação por danos patrimoniais e não patrimoniais	9 000,00 €
Total	4 593 864,82 €

16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

Diferenças cambiais

As transações em moeda diferente de EURO (€) são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações, bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço dos ativos e passivos monetários denominados

em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração de resultados.

17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Emissão das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 27 de março de 2023, pelo Conselho de Gestão da Universidade de Évora, conforme ata de apreciação e aprovação de contas.

Atualização da divulgação acerca das condições à data de relato

Após o encerramento do período e até à emissão do presente anexo, não houve registo de eventos subsequentes e suscetíveis de alterar as condições que existiam à data das demonstrações financeiras e de modificar a situação relevada nas contas.

Acontecimentos após a data de relato que não deram lugar a ajustamentos

A UÉ acompanha com preocupação a situação de guerra entre a Rússia e a Ucrânia. O agravamento do conflito entre a Rússia e a Ucrânia provocará pressões no lado dos gastos, devido ao aumento dos custos de energia e das matérias primas e à disrupção das cadeias de fornecimento.

A UÉ procurará tomar medidas de mitigação destes efeitos, por forma a manter o seu equilíbrio financeiro.

Procurará ainda tomar medidas para melhorar a eficiência da sua atividade e medidas para a otimização de gastos com os encargos das instalações, nomeadamente eletricidade e gás.

18– INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas adotadas e bases de mensuração

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos Financeiros.

A UÉ reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- Dinheiro
- Instrumento de capital próprio de outra entidade
- Direito contratual
- De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade
- De trocar ativos e passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis à entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou a parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro e qualquer passivo que seja:

- Uma obrigação contratual
- Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade
- Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

Quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros

Caixa e depósitos

Os valores em caixa e seus equivalentes no final do período de relato eram os seguintes:

Conta	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	2 485,17	2 001,75

Depósitos à ordem	8 450 330,77	5 588 563,72
Cauções	170 392,49	145 124,09
Depósitos bancários à ordem	6 739 685,61	2 395 508,62
Depósito à ordem no tesouro	1 540 252,67	3 047 931,01
Total de Caixa e Depósitos	8 452 815,94	5 590 565,47

Cientes, contribuintes e utentes

Os valores em clientes, contribuintes e utentes no final do período de relato tinham o seguinte detalhe:

Designação	31.12.2022	31.12.2021
Ativo		
Cientes, contribuintes e utentes	6 539 956,36	5 419 476,96
Clientes c/c	668 094,47	519 497,48
Utentes	5 871 861,89	4 899 979,48
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	4 146 332,36	4 503 023,97
Clientes	1 979 911,31	2 209 958,48
Utentes	2 166 421,05	2 293 065,49
Perdas por imparidade acumuladas	4 146 332,36	4 503 023,97
Clientes	656 328,95	563 204,84
Utentes	3 490 003,41	3 939 819,13
Total	6 539 956,36	5 419 476,96

Outras contas a receber

Os valores em outras contas a receber no final do período de relato eram os seguintes:

Designação	31.12.2022	31.12.2021
Outras Operações com o Pessoal Natureza devedora	0,02	0,02
Devedores por acréscimos de rendimentos	10 123 952,31	6 793 390,20
Subsídios a receber	9 997 905,77	6 653 085,40
Outros acréscimos de rendimentos	126 046,54	140 304,80
Outros devedores - Outros	4 586 423,75	4 251 915,35
Entidades de Fundo de Maneio	442 034,95	442 031,51
Outros devedores	4 144 388,80	3 809 883,84
Perdas por imparidade acumuladas – Fundos de Maneio	442 411,69	442 411,69

Total	14 267 964,39	10 602 893,88
--------------	----------------------	----------------------

Diferimentos

Os valores em diferimentos no final do período de relato eram os abaixo indicados. Os mesmos dizem respeito, no lado do ativo, a gastos a reconhecer com Fornecimento e Serviços Externos, no lado do passivo e rendimentos a reconhecer de transferências e subsídios correntes relacionadas com projetos de investigação e diferimento de 8/12 das propinas de alunos.

Designação	31.12.2022	31.12.2021
Ativo		
Gastos a reconhecer	90 899,54	76 652,63
Seguros	23 635,17	25 546,01
Rendas a alugueres	65 934,46	30 802,48
Projetos e serviços de informática	41,28	19 447,52
Outros trabalhos especializados	1 288,63	856,62
Total Ativo	90 899,54	76 652,63
Passivo		
Rendimentos a reconhecer	14 270 605,90	13 428 503,29
Transferências e subsídios correntes	9 612 004,97	8 879 310,27
Propinas	4 631 992,98	4 522 585,07
Outros	26 607,95	26 607,95
Total Passivo	14 270 605,90	13 428 503,29

Património líquido

Os valores do património líquido eram os seguintes no final do período de relato eram os abaixo indicados.

Designação	31.12.2022	31.12.2021
Património Líquido		
Património/Capital	76 819 248,95	76 819 248,95
Resultados transitados	-9 807 579,14	-10 943 856,38
Ajustamentos em ativos financeiros	3 206 278,66	1 744 528,12
Outras variações património líquido	8 783 874,01	7 611 542,48
Resultado líquido do período	2 768 623,79	1 162 255,94
Total	81 770 446,27	76 393 719,11

Estado e outros entes públicos

Os valores da conta Estado e outros entes públicos no final do período de relato são os abaixo indicados. Salienta-se o valor a recuperar no ativo que é relativo ao IVA restituível. Os montantes no passivo referem-se aos descontos por pagar relacionados com os vencimentos de dezembro de 2022, pagos em janeiro de 2023 e ao IVA por pagar dos meses de novembro e dezembro de 2022, pagos em 2023. De 2021 para 2022 assiste-se a um aumento nos valores a receber do Estado, cerca de 57.000€ e uma redução nos valores a pagar ao Estado, no montante aproximado de 155.000€, fruto essencialmente da redução no IVA a pagar.

Designação	31.12.2022	31.12.2021
Ativo		
Iva restituível	220 908,04	164 040,37
Total do ativo	220 908,04	164 040,37
Passivo		
Retenção de IRS dependente	643 342,00	646 631,00
Retenção de IRS independente	9 505,49	8 800,86
IVA a pagar	54 043,42	236 677,31
Contribuições para sistemas de proteção social	327 141,58	296 692,82
Total Passivo	1 034 032,49	1 188 801,99

Fornecedores

Os valores na conta de fornecedores no final do período de relato eram os abaixo discriminados. De 2021 para 2022 verificou-se um acréscimo substancial na dívida a fornecedores, passando a mesma a ser, no final do período de relato, de 1.330.142,49€ verificando um aumento de cerca de 460.000€ face ao período transato.

Designação	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores		
Fornecedores c/c	1 015 967,33	518 802,63
Fornecedores de investimento		
Fornecedores de investimento c/c	314 175,16	351 697,35
Total	1 330 142,49	870 499,98

Outras contas a pagar

Os valores em outras contas a pagar no final do período de relato eram os abaixo indicados. Os mesmos correspondem essencialmente à especialização das férias e subsídio de férias, acréscimos de gastos relacionados com fornecimentos e serviços externos e verbas a transferir para parceiros no âmbito de projetos em que a UÉ é líder.

Designação	31.12.2022	31.12.2021
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	218 675,71	0,00
Total Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	218 675,71	0,00
Credores por devolução de transferências	3 820 487,50	1 953 189,42
Credores por acréscimo de gastos	7 436 282,91	6 897 872,92
Remunerações a liquidar	5 518 604,28	5 229 727,58
Contribuições para regimes proteção social	1 310 671,10	1 242 059,20
Outros (FSE)	607 007,53	426 086,14
Cauções de fornecedores	170 392,49	145 124,09
Outros credores	1 098 757,88	799 240,00
Tribunais	-678,32	-678,32
Remunerações a pagar ao pessoal	-1 791,08	0,00
Sindicatos	9,50	9,50
Total Outras contas a pagar	12 523 460,88	9 794 757,61

Financiamentos obtidos

Os valores relativos a financiamentos obtidos dizem respeito aos subsídios reembolsáveis no âmbito do POSEUR, para projetos ligados à eficiência energética de alguns edifícios da UÉ e ao contrato de Leasing assinado entre a UÉ e a CGD para aquisição do Colégio Mateus D'Aranda.

Designação	31.12.2022	31.12.2021
Passivo não corrente		
Subsídios reembolsáveis	589 693,67	579 190,56
Locações financeiras	515 467,48	565 983,55
Passivo corrente		
Locações financeiras	50 962,76	52 742,47
Total financiamentos obtidos	1 156 123,91	1 197 916,58

19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados considerados como despesas correntes incluem vencimentos, subsídios de férias e de Natal, abonos relativos a gratificação e representação, subsídio de alimentação, horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, colaborações técnicas e especializadas, indemnizações por cessações de funções, contribuições e outros encargos para regimes de proteção social, assim como outros abonos atribuídos aos empregados em numerário ou em espécie.

As obrigações decorrentes dos benefícios dos empregados classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que é liquidado com o respetivo pagamento aos empregados.

No que diz respeito às férias e subsídio de férias, de acordo com a legislação vigente, o direito aos mesmos vence-se no dia 31 de dezembro de cada ano. Contudo, o respetivo pagamento só ocorre no ano civil seguinte. Consequentemente, respeitando o regime de acréscimo, estes benefícios são acrescidos ao ano em que se vencem os respetivos direitos.

Designação	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações dos órgãos Sociais e de Gestão	442 461,21	497 356,05
Remunerações do Pessoal	37 893 300,27	36 579 415,48
Remunerações certas e permanentes	37 635 616,35	36 418 183,36
Abonos variáveis ou eventuais	257 683,92	161 232,12
Encargos sobre remunerações	8 916 431,44	8 684 592,17
Segurança Social	2 901 240,63	2 516 486,85
CGA	6 015 190,81	6 168 105,32
Encargos sociais voluntários	49 263,29	72 322,00
Outros	227 574,68	219 902,20
Outros encargos sociais	456 242,77	531 277,24
Total	47 985 273,66	46 584 865,14

No final do período de relato o número total de empregados afetos à UÉ era de 1137, mais dezasseis face ao mesmo período do ano transato. O aumento nos gastos com pessoal face a 2020, justifica-se não só pelo aumento do número de funcionários, mas também pelos aumentos salariais decretados pelo Governo.

20 – DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

Divulgação de partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza	Tipo Transação	Rendimentos	Gastos
ZEA	Entidade controlada	Venda de bens e serviços	222,74	
ZEA	Entidade controlada	Prestações de serviços	994,57	
ZEA	Entidade controlada	Outros rendimentos	148 571,39	
ZEA	Entidade controlada	FSE		157 670,82
ZEA	Entidade controlada	Mercadorias		125,28
PACT	Entidade controlada	FSE		11 746,50
SASUÉ	Entidade controlada	Prestações de serviços	6 550,64	
SASUÉ	Entidade controlada	FSE		174 298,92

Todas as transações acima enumeradas ocorreram no âmbito de um relacionamento normal entre um fornecedor ou cliente.

Saldos com partes relacionadas

	Saldo	
Entidade relacionada	Ativo	Passivo
SASUÉ		9 773,82

Pessoas chave na gestão

A tabela seguinte tem como objetivo divulgar o número de pessoas chave na gestão, pelas principais classes, assim como a sua remuneração anual agregada.

De referir ainda que não foi pago, a título de empréstimos, qualquer valor a pessoas chave da gestão ou a membros próximos da sua família.

Cargo	Nº de pessoas	Remuneração Global em 2022
Conselho de Gestão	10	429 044,58
Vice Reitores	4	210 312,35
Pró- Reitores	10	369 703,59
Diretor Serviços	8	368 398,24
Chefes de Divisão	21	951 500,66
Total		2 328 959,42

22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

Entidades controladas

A UÉ possui as seguintes percentagens de participação em entidades controladas:

Designação entidade	% de participação
ZEA, Sociedade Agrícola Unipessoal, Lda	100,00%
Serviços de Ação Social da Universidade de Évora	100,00%
Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia	75,652%
INEGI Alentejo	50,00%

O valor contabilístico dos investimentos financeiros em entidades controladas, no final do período de relato é o seguinte:

Designação entidade	Valor contabilístico 2022	Valor contabilístico 2021
ZEA, Sociedade Agrícola Unipessoal, Lda	460 993,08	414 087,92
Serviços de Ação Social da Universidade de Évora	83 759,07	-12 603,18
Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia	3 709 027,98	2 226 413,40
INEGI Alentejo	77 022,12	87 732,56
Total	4 330 802,25	2 715 630,70

Rendimentos/gastos imputados de entidades controladas

No período de relato as entidades controladas proporcionam os seguintes resultados à entidade mãe:

Designação entidade	Rendimento/Gasto 2022	Rendimento/Gasto 2021
ZEI, Sociedade Agrícola Unipessoal, Lda	51 596,67	24 043,29
Serviços de Ação Social da Universidade de Évora	96 362,25	-41 334,17
Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia	42 151,23	53 551,05
INEGI Alentejo	-10 710,44	-10 281,47
Total	179 399,71	25 978,70

Outros ativos financeiros

A UÉ possui participações em entidades que não controla, conforme abaixo se discrimina, especificando o valor contabilístico de cada uma dessas participações. Inclui-se aqui também um contrato de suprimento no valor de 250.000€ concedido ao Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia.

Designação entidade	Valor contabilístico 2022	Valor contabilístico 2021
Associação Valor Pedra	500,00	500,00
CEPAAL	500,00	500,00
Centro Operativo e de Tecnologia de Regadio	3 490,90	3 490,90
SINESTECONOPOLO	5 000,00	5 000,00
Conselho Fileira Florestal	500,00	500,00
ADRAL	21 970,38	21 970,38
IPES	0,00	0,00
Fundação Cidade da Ammaia	9 975,96	9 975,96
ESTER	2 500,00	2 500,00
ForestWise	10 000,00	10 000,00
InnovPlantProtect	5 000,00	5 000,00
Feedinov	1 000,00	1 000,00
Campus Sul	5 000,00	5 000,00
Colabtrials	5 000,00	5 000,00
Kipt	2 500,00	2 500,00
Suprimentos PACT	250 000,00	250 000,00
Total	322 937,24	322 937,24

23 – Outras divulgações

Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica agrega os diversos gastos com a aquisição de bens e serviços da UÉ, conforme abaixo se apresenta:

Designação	Conta SNC-AP	31.12.2022	31.12.2021
Serviços de saúde	6211	11 577,55	123 934,20
Projetos e serviços de informática	62212	378 356,13	306 394,21
Formação ao pessoal	62217	136 142,34	154 834,90
Outros trabalhos especializados	622199	1 577 549,05	1 303 601,58
Publicidade, comunicação e imagem	6222	163 885,37	69 274,72
Vigilância e segurança	6223	496 127,77	434 433,04
Outros honorários	62249	714 905,59	613 648,87
Conservação e reparação de ativos fixos	62261	345 927,45	332 174,16
Assistência técnica	62262	0,00	250,00
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6231	275 331,40	231 343,95
Livros e documentação técnica	6232	1 492,30	1 060,00
Material de escritório	6233	38 826,27	60 290,87
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	6234	9 106,95	3 861,34
Material de educação, cultura e recreio	6235	6 527,44	5 934,87
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	6236	33 932,20	27 872,47
Medicamentos e artigos para a saúde	6237	70 616,76	73 408,43
Produtos químicos e de laboratórios	6238	287 660,44	345 984,84
Outros materiais diversos de consumo	6239	54 467,59	36 254,83
Eletricidade	6241	1 928 748,91	649 259,49
Combustíveis e lubrificantes	6242	292 720,19	227 640,92
Água	6243	66 780,73	79 659,17
Outros	6249	0,00	-22,53
Deslocações e estadas	6251	836 143,61	335 184,14
Transportes de pessoal	6252	79 805,60	58 060,20
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	6253	16 644,70	8 720,99
Rendas e alugueres	6261	334 770,83	361 835,22
Comunicação	6262	30 333,99	35 836,15
Seguros	6263	98 995,19	58 810,36
Limpeza, higiene e conforto	6267	255 599,25	234 388,73
Outros serviços	6269	383 938,63	247 544,38
Total		8 929 624,23	6 421 474,50

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi o abaixo indicado.

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas	Total
-----------	-------------	-------------	-------

Saldo inicial	145 499,03	197 803,88	343 302,91
Compras	33 990,64	92 085,55	126 076,19
Regularizações	0,00 €	0,00	0,00 €
Saldo final	145 956,79	125 799,40	271 756,19
Total	33 532,88	164 090,03	197 622,91

Transferências e subsídios concedidos e prestações sociais

Na tabela abaixo estão descritas todas as transferências e subsídios concedidos pela UÉ no período de relato, bem como as prestações sociais também concedidas.

Designação	31.12.2022	31.12.2021
Transferências		
Transferências correntes concedidas	159 535,40	733 322,30
Prestações Sociais	2 563 421,65	2 238 367,81
Total	2 722 957,05	2 971 690,11

Outros gastos

Os outros gastos incorridos no período de relato referem-se ao pagamento de taxas, nomeadamente as taxas cobradas pela A3ES para a certificação dos cursos, quotizações e correções relativas a períodos anteriores. As correções relativas a períodos anteriores são referentes às notas de crédito, emitidas em 2022, de propinas relativas a anos letivos anteriores.

Designação	31.12.2022	31.12.2021
Impostos e taxas	104 637,43	240 388,63
Perdas em inventários	21 807,81	0,00
Abates	744,36	554,56
Correções relativas a períodos anteriores	705 851,81	575 655,99
Quotizações	57 192,97	48 824,57
Ofertas e amostras de inventários	0,00	1 997,96
Diferenças de câmbio desfavoráveis	691,16	0,00
Total	890 925,54	867 421,71

Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos dizem respeito a diferenças de câmbio favoráveis e a juros de mora arrecadados através da cobrança coerciva de propinas em dívida através da Autoridade Tributária (AT).

Designação	31.12.2022	31.12.2021
Diferenças de câmbio favoráveis	1 339,79	847,95

Juros de mora	96 097,70	54 294,00
Total	97 437,49	55 141,95

Juros e gastos similares suportados

Os juros e outros gastos similares suportados dizem essencialmente respeito a despesas bancárias suportadas pela UÉ.

Designação	31.12.2022	31.12.2021
Juros suportados	10 490,60	268,40
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 075,94	2 786,66
Despesas bancárias	78 203,63	68 662,44
Total	89 770,17	71 717,50

O Conselho de Gestão

Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2022Ministério: **Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**Entidade: **UNIVERSIDADE DE ÉVORA**Montante total de compromissos plurianuais: **€ 3.629.277,37**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2022, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2023	3.126.094,37€
2024	370.440,53€
2025	86.645,14€
2026	9.704,70€
2027	9.704,70€
2028	9.704,70€
2029	9.704,70€
2030	7.278,53€

29 de Janeiro de 2023.

Assinado por: **HERMÍNIA MARIA DE
VASCONCELOS ALVES VILAR**

Num. de Identificação: 06060714

Data: 2023.01.30 09:26:09+00'00'

Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**Atributos certificados: **Reitora - Universidade de
Évora.****CARTÃO DE CIDADÃO**
• • • •

Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2022

Ministério: **CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR**

Entidade: **UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

Montante total de pagamentos em atraso: **€ 0,00**

Sem pagamentos em atraso a declarar.

29 de Janeiro de 2023.

Assinado por: **HERMÍNIA MARIA DE
VASCONCELOS ALVES VILAR**

Num. de Identificação: 06060714

Data: 2023.01.30 09:25:37+00'00'

Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**

Atributos certificados: **Reitora - Universidade de
Évora.**



Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2022

Ministério: **Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**Entidade: **UNIVERSIDADE DE ÉVORA**Montante total de recebimentos em atraso: **€ 9.757.043,96**

Nº	Ano	Classificação Económica	Devedor NIF	Devedor Designação	Descrição	Montante	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
1	2011	040122	04.342.340/0001-51	FACULDADE RORAIMENSE DE ENSINO SUPERIOR	Propinas em Dívida	1.896,75€	Aplicação de juros de mora.
2	2012	040122	04.342.340/0001-51	FACULDADE RORAIMENSE DE ENSINO SUPERIOR	Propinas em Dívida	632,25€	Aplicação de juros de mora.
3	2015	040122	5401150865	UNIVERSIDADE METODISTA DE ANGOLA SA	Propinas em Dívida	705,95€	Aplicação de juros de mora.
4	2016	040122	5401150865	UNIVERSIDADE METODISTA DE ANGOLA SA	Propinas em Dívida	2.000,40€	Aplicação de juros de mora.
5	2017	040122	44503270	Ministério da Educação, Cultura e Ciência de São Tomé e Príncipe	Propinas em Dívida	10.688,53€	Aplicação de juros de mora.
6	2020	040122	6000286	UNIVERSIDADE NACIONAL DE TIMOR LOROSA'E	Protocolo de colaboração	17.464,88€	Aplicação de juros de mora.
7	2022	040122	999999990	Ciente Indiferenciado	Propinas em Dívida	8.865.580,65€	Aplicação de juros de mora.
8	2022	040122	44503270	Ministério da Educação, Cultura e Ciência de São Tomé e Príncipe	Propinas em Dívida	9.562,50€	Aplicação de juros de mora.
9	2022	040122	424017175	Ministério do Turismo e Cultura de S. Tomé e Príncipe	Propinas em Dívida	22.500,00€	Aplicação de juros de mora.
10	2012	040199	04.342.340/0001-51	FACULDADE RORAIMENSE DE ENSINO SUPERIOR	Protocolo de colaboração	60,00€	Aplicação de juros de mora.
11	2018	040199	5401150865	UNIVERSIDADE METODISTA DE ANGOLA SA	Contrato de Prestação de Serviços	4.657,45€	Aplicação de juros de mora.
12	2022	040199	999999990	Ciente Indiferenciado	Taxas Diversas	7.862,61€	Aplicação de juros de mora.
13	2022	040199	424017175	Ministério do Turismo e Cultura de S. Tomé e Príncipe	Taxas em Dívida	2.250,00€	Aplicação de juros de mora.
14	2022	040201	999999990	Ciente Indiferenciado	Taxas Diversas	233,26€	Aplicação de juros de mora.
15	2014	060901	IT00621790351	Consorzio del Formaggio Parmigiano Reggiano	FEEDCODE project final balance invoices for the work carried out in the project	3.799,68€	Aplicação de juros de mora.
16	2014	060901	GB764198692	Fai Farms Ltd	Project FEED-CODE - Animal feed certification instrument and procedure to guarantee the quality of meat and dairy products	12.593,82€	Possível aplicação de juros de mora, caso se justifique incumprimento face ao prazo de pagamento da Comissão Europeia. Cofinanciamento de projeto.
17	2014	060901	IT01541010763	Mediterranea Biotech S.r.l.	Project FEED-CODE - Animal feed certification instrument and procedure to guarantee the quality of meat and dairy products	14.273,00€	Aplicação de juros de mora.
18	2016	060901	IT00621790351	Consorzio del Formaggio Parmigiano Reggiano	FEEDCODE project final balance invoices for the work carried out in the project	31.705,48€	Aplicação de juros de mora.
19	2016	060901	GB764198692	Fai Farms Ltd	Project FEED-CODE - Animal feed certification instrument and procedure to guarantee the quality of meat and dairy products	2.958,52€	Possível aplicação de juros de mora, caso se justifique incumprimento face ao prazo de pagamento da Comissão Europeia. Cofinanciamento de projeto.
					Project FEED-CODE - Animal feed certification instrument		

20	2016	060901	IT01541010763	Mediterranea Biotech S.r.l.	and procedure to guarantee the quality of meat and dairy products	3.353,05€	Aplicação de juros de mora.
21	2009	070102	999999990	Cliente Indiferenciado	Livros e Documentação Técnica	41,41€	Aplicação de juros de mora.
22	2008	070103	999999990	Cliente Indiferenciado	Publicações e impressos	759,55€	Aplicação de juros de mora.
23	2022	070199	999999990	Cliente Indiferenciado	Outros Serviços Prestados	382,52€	Aplicação de juros de mora.
24	2021	070201	503639281	SFAIC-Soc.Port.de Alergologia e Imunologia Clínica	Protocolo de colaboração	4.771,33€	Possível Aplicação de juros de mora.
25	2022	070201	999999990	Cliente Indiferenciado	Aluguer de Espaços	14.204,72€	Possível Aplicação de juros de mora.
26	2022	070201	503639281	SFAIC-Soc.Port.de Alergologia e Imunologia Clínica	Protocolo de colaboração	3.067,29€	Possível Aplicação de juros de mora.
27	2008	070202	501922954	ERENA - Ordenamento e Gestão de Recursos Humanos	Realização de Estudos	7.105,29€	Aplicação de juros de mora.
28	2013	070202	999999990	Cliente Indiferenciado	Estudos pareceres e projetos	7.458,73€	Aplicação de juros de mora.
29	2021	070204	503148768	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO, I. P.	Serviços de Laboratório	30.000,00€	Aplicação de juros de mora.
30	2021	070204	999999990	Cliente Indiferenciado	Serviços de Laboratório	81.825,90€	Aplicação de juros de mora.
31	2022	070299	999999990	Cliente Indiferenciado	Prestação de Serviços	105.248,68€	Aplicação de juros de mora.
32	2019	070299	513959033	Easyaim Unipessoal, Lda	Contrato de Prestação de Serviços - Sistema Electromecânico	81.751,95€	Aplicação de juros de mora.
33	2017	070299	513515313	Warmhole, Lda	Contrato de Prestação de Serviços - Algoritmo de previsão da radiação solar	43.945,83€	Aplicação de juros de mora.
34	2021	070299	508085888	HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO	Contrato de Prestação de Serviços - Análise e Desenho Modelo PIC-HESE, 1,00 Unidade 27 980,00 27 980,00 Interoperabilidade e Taxonomia de Quidados	34.415,40€	Aplicação de juros de mora.
35	2022	070299	515772950	Movhera - Hidroelétricas do Norte S.A.	Contrato de Prestação de Serviços	33.111,60€	Aplicação de juros de mora.
36	2022	070299	501208950	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE SINES E DO ALGARVE, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços	31.730,67€	Aplicação de juros de mora.
37	2021	070299	513959033	Easyaim Unipessoal, Lda	Contrato de Prestação de Serviços - Sistema Electromecânico	27.250,65€	Aplicação de juros de mora.
38	2012	070299	04.342.340/0001-51	FACULDADE RORAIMENSE DE ENSINO SUPERIOR	Protocolo de colaboração	17.950,00€	Aplicação de juros de mora.
39	2016	070299	513515313	Warmhole, Lda	Contrato de Prestação de Serviços - Algoritmo de previsão da radiação solar	14.648,61€	Aplicação de juros de mora.
40	2018	070299	513515313	Warmhole, Lda	Contrato de Prestação de Serviços - Algoritmo de previsão da radiação solar	14.648,61€	Aplicação de juros de mora.
41	2022	070299	509296688	Amorim Florestal, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços	13.066,70€	Aplicação de juros de mora.
42	2022	070299	503293695	EDP - Gestão da Produção de Energia, SA	Contrato de Prestação de Serviços	11.070,00€	Aplicação de juros de mora.
43	2014	070299	5401150865	UNIVERSIDADE METODISTA DE ANGOLA SA	Contrato de Prestação de Serviços	8.533,00€	Aplicação de juros de mora.
44	2022	070299	503450189	EDIA, S.A	Contrato de Prestação de Serviços	7.995,00€	Aplicação de juros de mora.
45	2022	070299	513911340	TSBC - The Summer Berry Company Portugal, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços	7.380,00€	Aplicação de juros de mora.
46	2022	070299	507409370	ECOSATIVA - CONSULTADORA AMBIENTAL, LDA	Contrato de Prestação de Serviços	7.257,00€	Aplicação de juros de mora.
47	2019	070299	507552199	ASFOALA, ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO ALTO ALENTEJO	Prestação de Serviços - Ninhos Artificiais	6.252,29€	Aplicação de juros de mora.
48	2015	070299	6000286	UNIVERSIDADE NACIONAL DE TIMOR LOROSA'E	Implementação de Mestrado	5.984,52€	Aplicação de juros de mora.
49	2017	070299	5401150865	UNIVERSIDADE METODISTA	Contrato de Prestação de	5.200,00€	Aplicação de juros de mora.

ANO	ANO	CODIGO	CODIGO	DEANGOLA SA	Serviços	VALOR	Aplicação de juros de mora.
50	2019	070299	501305734	MUNICÍPIO DE ALENQUER	Prestação de Serviços de Consultadoria - "Sistema de Climatização e Produção de Energia Renovável" (TR.DC FAC/0001340/S1/19)	5.049,40€	Aplicação de juros de mora.
51	2022	070299	503230731	DECSIS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	Contrato de Prestação de Serviços	3.690,00€	Aplicação de juros de mora.
52	2015	070299	5401150865	UNIVERSIDADE METODISTA DE ANGOLA SA	Contrato de Prestação de Serviços	2.600,00€	Aplicação de juros de mora.
53	2012	070299	5401150865	UNIVERSIDADE METODISTA DE ANGOLA SA	Contrato de Prestação de Serviços	1.260,77€	Aplicação de juros de mora.
54	2014	070301	999999990	Ciente Indiferenciado	Rendas Habitação	2.403,60€	Aplicação de juros de mora.
55	2008	080199	504813510	UNIREDE-Sistemas de Informação e Gestão, Lda.	Prestação de Serviços - Compensações	15.000,00€	Aplicação de juros de mora.
56	2019	080199	508085888	HOSPITAL DO ESPÍRITO SANTO	Certificação de Curso	50.000,00€	Aplicação de juros de mora.
57	2022	080199	514139137	Associação Oceano Atlântico	Protocolo de colaboração	9.940,00€	Aplicação de juros de mora.
58	2022	080199	999999990	Ciente Indiferenciado	Prestação de Serviços	23.764,16€	Aplicação de juros de mora.
59	2022	080199	503230731	DECSIS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	Protocolo de colaboração	1.500,00€	Aplicação de juros de mora.

29 de Janeiro de 2023.

Assinado por: **HERMÍNIA MARIA DE VASCONCELOS ALVES VILAR**
 Num. de Identificação: 06060714
 Data: 2023.01.30 09:25:08+00'00'
 Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**
 Atributos certificados: **Reitora - Universidade de Évora.**



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Conselho de Gestão,

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas de **UNIVERSIDADE DE ÉVORA**, relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Gestão da **UNIVERSIDADE DE ÉVORA**.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada a evolução da atividade da **UNIVERSIDADE DE ÉVORA**, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário legal em vigor, tendo recebido do Conselho de gestão e dos diversos serviços as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de dezembro de 2022, a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo.

Adicionalmente, analisámos as Demonstrações Orçamentais do ano de 2022. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas.

Face ao exposto, somos de opinião que a Certificação Legal das Contas, as Demonstrações Financeiras suprarreferidas e as Demonstrações Orçamentais estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados.

Relativamente ao Relatório de Atividades do ano de 2022, a Universidade de Évora não concluiu a sua elaboração, pelo que, não nos podemos pronunciar sobre este documento, o que constitui uma limitação ao nosso PARECER.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Gestão e aos serviços da **UNIVERSIDADE DE ÉVORA** o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 27 de março de 2023

JOSE LUIS FREIRE RITO

J. RITO & ASSOCIADA, SROC, LDA.

Representada por:

José Luís Freire Rito – ROC nº 822

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****OPINIÃO**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **UNIVERSIDADE DE ÉVORA**, que compreendem o Balanço em **31 de dezembro de 2022**, que evidencia um total de **112.313.818,54 euros** e um total de Património Líquido de **81.770.446,27 euros**, incluindo um Resultado Líquido de **2.768.623,79 euros**, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Património Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o Anexo às Demonstrações Financeiras, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **UNIVERSIDADE DE ÉVORA** em **31 de dezembro de 2022**, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- Elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente

esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificámos e avaliámos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicámos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditámos as Demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a Demonstração do Desempenho Orçamental, a Demonstração da Execução Orçamental da Receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de **67.649.741,58 euros**), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de Despesa Paga de **63.896.842,86 euros**).

O Órgão de Gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Relativamente ao Relatório de Atividades, a Universidade de Évora não concluiu a sua elaboração, pelo que, não nos podemos pronunciar sobre este documento.

Lisboa, 27 de março de 2023

JOSE LUIS FREIRE RITO

J. RITO & ASSOCIADA, SROC, LDA.

Representada por:

José Luís Freire Rito – ROC nº 822